



TISA: novo documento vazado revela como grandes corporações dos EUA ameaçam a proteção de dados e a privacidade

A proteção dos consumidores e sua privacidade estão em risco, do mesmo modo que a soberania dos governos nacionais, para benefício único das empresas de tecnologias de comunicação e informação. Isso é o que emerge do [último documento vazado](#) das negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços (TISA), ao qual a *global union* Internacional de Serviços Públicos (ISP) se opõe, desde o início de março de 2013, por falta de transparência.

O documento, vazado pela [Associated Whistle-Blowing Press](#) (agência de denúncia de práticas irregulares), faz alusão à proposta do escritório do representante de comércio dos EUA (USTR), com data de 25 de abril de 2014, em relação ao comércio eletrônico, à transferência de tecnologia, o fluxo internacional de dados e à neutralidade na internet.

A proposta dos EUA pretende reforçar os interesses comerciais de seu setor de serviços que provê serviços para além das fronteiras, essencialmente por meio do comércio eletrônico e da inversão direta internacional em produtos e serviços.

Isso beneficiaria especialmente o setor de tecnologias da comunicação e informação e daria proteção à vantagem competitiva dos EUA assim como os direitos de monopólio sobre a propriedade intelectual e a tecnologia.

Se isso for aprovado, “a proposta também consolidará os repositórios de dados em benefício do governo estadunidense, das transnacionais e dos interesses comerciais de terceiros”, assinalam, em texto sobre o tema, [Jane Kelsey, professora de direito da Universidade de Auckland, e Burcu Kilic, da organização de cidadãos estadunidenses Public Citizen](#). “Isso favorece uma variedade de interesses de 'segurança nacional' e de fins comerciais.”

Além disso, o acordo impediria ou restringiria a legislação governamental que modera a atividade e os benefícios dos principais atores mundiais do setor de serviços, ao mesmo tempo que garantiria os fluxos de dados internacionais sem restrições, os quais impactariam a proteção dos consumidores, as leis de proteção de dados, os obstáculos regulatórios e a política competitiva.

“É inaceitável que os cidadãos tenham que depender de documentos vazados para inteirar-se do que os seus governos estão negociando em seu nome”, diz Rosa Pavanelli, secretária-geral da ISP. “Sabemos agora que o acordo TISA irá aprofundar a desregulamentação do setor financeiro, impedir que as privatizações falidas voltem para mãos públicas, além de minar as leis de proteção de dados pessoais. O que mais nossos governos estão nos ocultando?”

Segundo Daniel Bertossa, diretor de Políticas da ISP, “estas regras permitirão que dados pessoais e comerciais mais sensíveis saiam do teu país. Diante dos recentes escândalos de espionagem, é incrível que isso ainda esteja sendo considerado”.

O acordo TISA está sendo negociado entre 23 partes (contando a União Europeia inteira apenas como uma delas) e o seu objetivo é estender o alcance e as normas do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diferentemente do GATS, as negociações do TISA estão sendo levadas a cabo em segredo e as partes se negam a publicar os documentos de apoio e de negociação. Alguns países divulgaram parte de suas propostas (por exemplo,

Suíça e União Europeia). No entanto, a maioria dos documentos segue sendo confidenciais, incluindo os documentos do USTR.

A capa da proposta do USTR vazada traz o carimbo de “confidencial” e a menção de “desclassificar em: cinco anos a partir da entrada em vigor do acordo TISA ou, se não se chegar a algum acordo, cinco anos após o encerramento das negociações”. Ou seja, um nível ainda maior de confidencialidade do que o de acordos anteriores, como o Acordo de Associação Transpacífico (TPP).

Antes de a Internacional de Serviços Públicos (ISP) publicar a primeira crítica disponível, “[O TISA versus os Serviços Públicos](#)”, em março de 2014, as negociações transcorriam em segredo.

O informe da ISP revela como o TISA proibiria que privatizações falidas voltassem a mãos públicas e imporá restrições aos governos para regular serviços públicos privatizados e outras áreas de interesse público, como as leis de proteção dos trabalhadores, consumidores, pequenas empresas e meio ambiente.

O [documento sobre serviços financeiros vazado](#) pelo Wikileaks, em maio de 2014, confirmou muitos desses temores já que se aplicam à regulamentação financeira.

Para mais informações:

- Documento [Associated Whistle-Blowing Press](#)
- [Briefing on US TISA proposal on E-commerce, Technology Transfer, Cross-border Data Flows and Net Neutrality](#)
- Informe especial de la ISP: [El TISA frente a los Servicios Públicos](#)
- [Comunicado de prensa](#) (PDF)

Vittorio Longhi / vittorio.longhi@world-psi.org / Tel: + 33 607539882

Daniel Bertossa / daniel.bertossa@world-psi.org / Tel: +33 617462606

Pablo Sánchez Centellas / psanchez@epsu.org / Tel: + 32 474626633